



**INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP**  
**DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE**  
**CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA**

**CONVITE**

**AJUSTE DIRETO N.º PR2024321/1356**

**SERVIÇOS DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇOS CONEXOS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO EFA B3 ASSISTÊNCIA FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (1400 HORAS), NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE AMARES.**



**PROCEDIMENTO N.º PR2024321/1356**

Exmos. Srs.

A entidade adjudicante **Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga** convida a apresentar proposta no âmbito da Ajuste Direto nº PR2024321/1356, adotada para a aquisição de **SERVIÇOS DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇOS CONEXOS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO EFA B3 ASSISTÊNCIA FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (1400 HORAS), NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE AMARES**, nos termos identificados no Caderno de Encargos.

O presente convite obedece ao disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, pelo que se informa:

**1 - Identificação da entidade adjudicante**

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga

NIPC: 501442600;

Rua de Mazagão – Aveleda – 4705-074 Braga;

Telefone: 253 469 670

Endereço eletrónico: [sfp.braga@iefp.pt](mailto:sfp.braga@iefp.pt)

Plataforma eletrónica: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

**2 – Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho da **Sra. Diretora-Adjunta do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga, Dra. Isabel Oliveira**, de **19/08/2024**, exarada na **Proposta de Decisão de Contratar nº 1356, de 06/08/2024**, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

**3 – Objeto do procedimento**

O presente procedimento tem por objeto o convite para apresentação de proposta para aquisição de **SERVIÇOS DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇOS CONEXOS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO EFA B3 ASSISTÊNCIA FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (1400 HORAS), NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE AMARES**, sendo adotado o procedimento por ajuste direto ao abrigo da regulamentação prevista nos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.



#### 4 – Escolha do procedimento

A escolha do presente procedimento por ajuste direto, teve por base o critério do valor, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

#### 5 – Documentos da proposta

- a) O concorrente deve apresentar os seguintes elementos, sob pena de exclusão:
  - i) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do presente Convite;
  - ii) Declaração do concorrente, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** do presente Convite, para efeitos de comprovação da titularidade das instalações e da consequente possibilidade de cedência das mesmas;
  - iii) Proposta do concorrente, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV** do presente Convite;
  - iv) Certidão Permanente do Registo Comercial ou código de acesso online, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar, ou, quando não aplicável, Ata da tomada de Posse dos atuais órgãos sociais da entidade + Estatutos da entidade atualizados, onde conste, nomeadamente, a forma de obrigar a entidade.
- b) Os preços constantes da proposta deverão cumprir o disposto no art.º 60.º do CCP.
- c) Todos os documentos constituintes da Proposta deverão ser assinados digitalmente, conforme exigido nas alíneas a) e b) do ponto 8 do presente Convite, inclusive os documentos que se destinam a comprovar o poder de representação do(s) signatário(s) da proposta, conforme indicados na alínea d) do ponto 8 do presente Convite;
- d) A proposta é redigida obrigatoriamente em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência para todos os efeitos, sobre os respetivos originais;
- e) A participação no presente procedimento obriga à apresentação de propostas com recurso à **plataforma eletrónica Acingov**;
- f) Na proposta o concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para apreciação das mesmas.

#### 6 - Prazo e modo de apresentação da proposta



- a) O prazo para apresentação de propostas e dos documentos que as acompanham é de 9 (nove) dias de calendário, devendo estas ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até à data e hora aí referidas;
- b) Não é admitida apresentação de propostas variantes;
- c) As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## 7 - Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas.

## 8 - Assinatura eletrónica

- a) Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas terão de ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- b) Nos casos em que, no mesmo ficheiro em formato PDF sejam agrupados vários documentos autónomos, **cada um, individualmente**, deve ser assinado eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, com fundamento no n.º 4 do artigo 57.º do CCP e no n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, e de acordo com a jurisprudência uniformizadora do Supremo Tribunal Administrativo emitida no Acórdão n.º 12/2023, de 17 de novembro.
- c) Os certificados a que se referem nas alíneas anteriores são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
- d) Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão de registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

## 9 – Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

## 10 – Agrupamentos

- a) Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.



- b) Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
- c) Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- d) Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica prevista no convite do procedimento.

#### 11 – Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Direção do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga.
- b) Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo devem apresentar a lista de erros e omissões, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
- c) Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), até ao fim do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50º do CCP.
- d) O órgão competente pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentados até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

#### 12 - Documentos de Habilitação

- a) Os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário, nos termos do art.º 81º do Código dos Contratos Públicos, deverão ser **apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da decisão de adjudicação, nomeadamente:
  - i) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite e do qual faz parte integrante;
  - ii) Documentos comprovativos que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
  - iii) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto
  - iv) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva da entidade;
  - v) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo V** ao presente Convite e do qual faz parte integrante.



- b) Os documentos de habilitação devem ser entregues na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- c) Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- d) Nos termos do n.º 2 do art.º 85.º do Código dos Contratos Públicos, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
- e) Quando se verificar o previsto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, o Adjudicatário será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- f) Quando em resultado da audiência prévia referida no número anterior se verificar o previsto no n.º 3 do artigo 86º do CCP (facto não imputável ao Adjudicatário), o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder ao adjudicatário um prazo adicional de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

### **13 – Caução**

**Não é exigível a prestação de caução.**

### **14 – Caderno de Encargos**

A aquisição dos serviços objeto do presente procedimento obedece ao Caderno de Encargos.

### **15 - Publicitação**

A celebração deste contrato será alvo de publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), de acordo com o disposto no artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos.

### **16 - Prazos**

Todos os prazos indicados no presente convite cumprem o disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

### **17 – Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço de email [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou através do número de telefone 707 451 451.

### **18 – Direito aplicável**



A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite a aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação aplicável.

### **19 – Fundamentação do Preço Base**

O preço base unitário/hora, baseia-se nos custos unitários históricos resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo, cujos critérios de valorização que têm sido seguidos, encontram-se definidos pela seguinte ordem (consoante seja aplicável):

- 1.º) Preço base unitário de 7,50€/hora a aplicar ao total de horas previstas para ação de formação ou de bloco de horas anual para medida de formação, e onde se encontra previsto também a necessidade de cedência de Sala de Formação Específica ou Espaços Oficiais;
- 2.º) Preço base unitário de 6,50€/hora a aplicar ao total de horas previstas para ação de formação ou de bloco de horas anual para medida de formação, e onde se encontra previsto também a necessidade de cedência de Sala de Informática ou Sala para Formação em TIC;
- 3.º) Preço base unitário de 5,50€/hora a aplicar ao total de horas previstas para ação de formação ou de bloco de horas anual para medida de formação, e onde se encontra previsto apenas a necessidade de cedência de Sala de Formação Teórica.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Adjunta do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga

---

Isabel Maria da Rocha Dias Pinheiro de Oliveira

**Em anexo:**

**Anexo I – Modelo de Declaração**

**Anexo II - Modelo de Declaração**

**Anexo III - Modelo de Declaração**

**Anexo IV - Modelo de Declaração**

**Anexo V - Modelo de Declaração**



## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de {1}... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada {2} se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo {3}:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui





**INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP**  
**DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE**  
**CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA**

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local],... [data],... [assinatura (4)].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

[4] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de {1}... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada {2} não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados {3}] os documentos comprovativos de que a sua representada {4} não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local],... [data],... [assinatura {5}].

{1} Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

{2} No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

{3} Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

{4} No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

{5} Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO III

**Modelo de declaração**  
[a que se refere á subalínea ii) da alínea a) do ponto 5 do Convite]

Procedimento nº PR2024321/1356 – SERVIÇOS DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇOS CONEXOS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO EFA B3 ASSISTÊNCIA FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (1400 HORAS), NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE AMARES

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de {1}... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada {2}, enquanto proprietária/arrendatária, tem poderes legais para cedência das instalações sitas em [morada das instalações].

... [local],... [data],... [assinatura {3}]

{1} Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

{2} No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

{3} Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



## ANEXO IV

**Modelo de declaração**  
[a que se refere a subalínea iii) da alínea a) do ponto 5 do Convite]

Procedimento nº PR2024321/1356 – SERVIÇOS DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇOS CONEXOS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO EFA B3 ASSISTÊNCIA FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (1400 HORAS), NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE AMARES

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de {1} \_\_\_\_\_ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à aquisição de serviços que tem por objeto a cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos, destinados ao desenvolvimento de ação de formação EFA B3 Assistência Familiar e de Apoio à Comunidade (1400 Horas), na área geográfica do concelho do concelho de Amares, vem apresentar proposta pelo preço contratual de \_\_\_\_\_ [por extenso e por algarismos, em euros], que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários que a seguir se apresenta:

Descrição	Horas	Preço Unitário sem IVA	Total sem IVA
EFA B3 Assistência Familiar e de Apoio à Comunidade (ID: 24.0635)	1400		
Total			

A presente proposta mantém-se válida no prazo de: “...” dias {2}, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

À(s) quantia(s) supramencionada(s) acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

... [local],... [data],... [assinatura {3}]

{1} Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

{2} O prazo mínimo de manutenção da proposta é de 66 dias, conforme ponto 7 do Convite.

{3} Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



## ANEXO V

**Modelo de declaração**  
**[a que se refere a subalínea v) da alínea a) do ponto 12 do Convite]**

Procedimento nº PR2024321/1356 – SERVIÇOS DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇOS CONEXOS, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÃO DE FORMAÇÃO EFA B3 ASSISTÊNCIA FAMILIAR E DE APOIO À COMUNIDADE (1400 HORAS), NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE AMARES

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [1]... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, que [nome do interlocutor], com a categoria profissional de \_\_\_\_\_, será o interlocutor por parte do adjudicatário com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, no âmbito da prestação de serviços que tem por objeto a cedência de espaços para formação profissional e serviços conexos, destinados ao desenvolvimento de ação de formação EFA B3 Assistência Familiar e de Apoio à Comunidade (1400 Horas), na área geográfica do concelho do concelho de Amares, decorrente do Ajuste Direto nº PR2024321/1356.

... [local],... [data],... [assinatura (2)]

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP